

CNPJ/MF nº 43.296.632/0001-57

Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

continuação ➡



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



continuação ◀

“exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de SPPI) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere à maneira como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos em um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. ii) **Impairment de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Instrumentos financeiros derivativos - marcação a mercado:** A Empresa centraliza as transações de compra e venda de energia para atender ao seu objetivo principal que é comercialização de energia elétrica no Mercado Livre de Energia. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem à definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o *CPC 48 – Instrumentos financeiros*, e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos e/ou especializados, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido. d) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. e) **Contas a receber:** São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Impairment). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável. No âmbito do mercado de energia, refere-se substancialmente a consumidores e concessionários através de contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia porventura liquidada diretamente na CCEE “Câmara de Comercialização de Energia Elétrica”, contabilizado com base no regime de competência. f) **Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. As perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração do Grupo não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável na sua última análise anual realizada para a data-base 31/12/2024. g) **Direito de uso e passivos de arrendamento:** *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente se torna disponível para uso. Esses ativos são inicialmente mensurados ao custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados conforme qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, descontados eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, considerando o menor período entre o prazo do arrendamento, e a vida útil estimada dos ativos, levando em consideração as condições de uso e a natureza dos bens arrendados. *Passivos de arrendamento:* A Companhia reconhece, na data de início do arrendamento, os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo estabelecido em contrato. No quadro abaixo destaco a taxa de juros utilizada para cálculo e o prazo de vencimento do contrato de aluguel.

Direito de uso e Passivo de arrendamento	Taxa	Tempo
Escritório	20,85%	3 anos
Terras	15,15%	30 anos

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é ajustado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, mudança no prazo ou alteração de valor das parcelas. h) **Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros líquidos e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Contudo, somente são capitalizados quando há probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros; sejam mensuráveis com confiabilidade, e haja relação direta com o projeto do ativo imobilizado. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se houver expectativa de que os benefícios econômicos associados a esses itens se estendam por mais de um exercício fiscal e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Os demais gastos, que não atendem a esses critérios, são registrados diretamente no resultado no momento em que são incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil dos ativos, conforme a taxa fiscal estabelecida. Ela é contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso, e terá início concomitantemente com a entrada em operação. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação serão revisados anualmente, quando do encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Em 31/12/2024, a Companhia não identificou eventos que indicassem que os ativos não serão recuperados através de geração futura de caixa. i) **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes da aquisição de energia no mercado de curto prazo, materiais, equipamentos e serviços prestados, sendo classificadas como passivos circulantes quando o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Inicialmente, as contas a pagar são reconhecidas pelo valor justo e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura correspondente, devido ao curto prazo de pagamento, tanto para a aquisição de energia quanto para a compra de equipamentos, materiais e serviços. j) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. k) **Capital social e remuneração dos quotistas:** O capital social é representado por quotas. A remuneração dos quotistas é realizada sob a forma de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio conforme definido no contrato social da Companhia. Os dividendos são distribuídos com base nos resultados anuais, podendo ser antecipados mediante realização de reunião de quotistas cujas atas estão devidamente arquivadas na sede da Companhia. l) **Receita de contrato com clientes:** A Companhia adotou o CPC 47- Receita de Contratos com Clientes, e todas as alterações relacionadas (“CPC 47”), a Companhia avalia as obrigações prometidas em seus contratos com clientes e identifica uma obrigação de desempenho para cada promessa de transferência de bens ou serviços. Para identificar as obrigações de desempenho, a Companhia considera todas as promessas contratuais, expressas ou implícitas, com base nas práticas comerciais habituais. A receita é reconhecida quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência do controle dos bens ou serviços prometidos aos clientes, o que pode ocorrer ao longo do

Genco Holding Participações S.A.

tempo ou em um determinado momento. A receita é mensurada por um valor que reflete o retorno ao qual se espera ter direito e é baseada em um modelo detalhado de cinco etapas abaixo: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações e desempenho; (iii) determinação do preço da operação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho, e (v) reconhecimento da receita. m) **Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem basicamente: • Receita sobre rendimento de aplicações financeiras; • Variação cambial; • Juros sobre arrendamento; • Encargos sobre empréstimos e financiamentos; • Encargos sobre instrumento financeiro de dívida; • Encargos sobre debêntures; • Juros sobre mútuo; • Despesa com taxas bancárias; • Outros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. n) **IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 mil para o IRPJ, e de 9% sobre o lucro tributável para a CSLL sobre o lucro líquido. No caso das empresas tributadas com base no lucro real, são consideradas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitadas a 30% do lucro real do exercício. Para as empresas tributadas com base no lucro presumido, os tributos são calculados sobre percentuais fixos aplicados à receita bruta, conforme a legislação vigente. No grupo, as empresas tributadas com base no lucro presumido são prestadoras de serviço, sendo que, para atividades de prestação de serviços, aplica-se o percentual de 32% sobre a receita bruta para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e CSLL correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) **Despesa de IRPJ e CSLL corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ii) **Despesas de IRPJ e CSLL diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. o) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. a) **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)). O novo padrão exige que as entidades classifiquem receitas e despesas no resultado do exercício em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. b) **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite a entidades elegíveis aplicarem requisitos de divulgação reduzidos, mantendo os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões IFRS. Para ser elegível, a entidade deve ser controlada conforme o IFRS 10 (equivalente ao CPC 36 (R3)), não ter responsabilidade pública e ser controlada por uma entidade que prepare demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os padrões IFRS. c) **Alterações ao CPC 18 (R3) e à ICPC 09: Investimento em Coligada, Controlada e Empreendimento Controlado:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras aos padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a mudança nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil. d) **Alterações ao CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1): Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Adoção Inicial das Normas Internacionais:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que traz alterações decorrentes do Lack of Exchangeability emitido pelo IASB. As mudanças afetam o CPC 02 (R2) - Efeitos

Instrumentos financeiros por categoria: No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Empresa por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora				Consolidado			
	2024	2024	2023	2023	2024	2024	2023	2023
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Justo	Contábil	Justo	Contábil	Justo	Contábil	Justo
Ativos financeiros mensurados a valor justo								
Valor justo por meio de resultado								
Valor justo dos contratos de energia	21	Nível 2	-	-	-	-	339.665	339.665
Custo amortizado							278.803	278.803
Caixa e equivalentes de caixa	6		4.618	4.618	2.092	2.092	48.492	48.492
Caixa restrito	6		-	-	-	-	252	252
Clientes a receber	7		-	-	-	-	117.079	117.079
Total dos ativos financeiros	4.618	4.618	2.092	2.092	505.488	505.488	342.402	342.402
Passivos financeiros mensurados a valor justo								
Valor justo por meio de resultado								
Valor justo na compra e venda de energia	21	Nível 2	-	-	-	-	209.614	209.614
Custo amortizado							141.501	141.501
Fornecedores	13		-	-	-	-	139.921	139.921
Instrumento financeiro de dívida			-	-	-	-	27.444	27.444
Empréstimos e financiamentos			-	-	-	-	45.612	45.612
Debêntures			-	-	-	-	120.122	120.122
Partes relacionadas			-	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento			-	-	-	-	9.346	9.346
Mútuo			4.543	4.543	-	-	4.543	4.543
Total dos passivos financeiros	4.543	4.543	-	-	556.602	556.602	196.631	196.631

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

6. Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bancos	3	-	931	2.003
Aplicações financeiras	4.615	2.092	47.561	15.089
Total	4.618	2.092	48.492	17.092

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelos saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um baixo risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros a custos amortizado e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro. As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos, são remuneradas a taxas que variam de 97% a 101% em 31/12/2024 (99% a 101% em 31/12/2023). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança significante de valor, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. **6.2. Caixa restrito:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações financeiras	-	-	252	-
Total	-	-	252	-

Em 31/12/2024, o saldo em caixa restrito estavam aplicados em CDB com taxa de 100% do CDI. A destinação desses recursos tem como finalidade o cumprimento das obrigações relacionadas aos credores, provenientes da compra de energia.

7. Contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber por venda de energia elétrica (i)	-	-	117.354	46.507
Contas a receber por geração distribuída (ii)	-	-	836	-

das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e o CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. e) **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** Não se espera que os seguintes pronunciamentos tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo: • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); • Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7); e • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21). **5. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros: Fatores de risco:** As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a uma taxa de juros, risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. a) **Risco de mercado:** i) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras são valorizadas com base na variação do CDI, com encargos e juros calculados de acordo com as condições usuais praticadas. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações financeiras (nota explicativa 6.1)	4.615	2.092	47.813	47.561
Caixa restrito (nota explicativa 6.2)	-	-	252	-
Partes relacionadas (nota explicativa 15.1)	1.918	4.230	26.834	5.543
Total	6.533	6.322	74.899	53.104

ii) **Risco de preço no fornecimento de energia:** A Companhia está exposta aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado, tais como níveis de águas nos reservatórios, demanda por geração de termelétricas, sazonalização, entre outros. iii) **Riscos na exposição energética:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente o risco é gerado por uma posição de energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a empresa detentora da posição, fazem reduzir seu o valor da carteira de energia. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Empresa. A Companhia utiliza diversos mecanismos de avaliação de risco, tais como: departamento de risco com reporte diário aos administrados, metodologia de risco utilizando VaR “Value at Risk”, análise stress e sensibilidade, limites de riscos estabelecidos pela Administração, atualização diária de preços e de volatilidade, reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco. Exposição energética em Mwh:

	Exposição	
	Compra	Venda (Short)/Long
De janeiro/2025 a dezembro/2025	4.520.308 (4.541.953)	(21.644)
De janeiro/2026 a dezembro/2028	1.921.892 (2.299.529)	(377.636)
De janeiro/2029 a dezembro/2034	358.304 (2.307.334)	(1.949.029)
Total	6.800.505 (9.148.817)	(2.348.309)

b) **Risco de crédito** A Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com contrapartes. Em relação às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha. c) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez. A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

	Controladora			
	Vencimento			
	Até um ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Mútuo	-	4.543	-	4.543
	-	4.543	-	4.543

	Controladora			
	Vencimento			
	Até um ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Fornecedores	139.921	-	-	139.921
Obrigações tributárias e trabalhistas	1.349	-	-	1.349
Passivo com arrendamento	794	251	8.301	9.346
Partes relacionadas	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	45.612	-	45.612
Debêntures	120.122	-	-	120.122
Instrumentos financeiros de dívida	19.962	7.482	-	27.444
Mútuo	-	4.543	-	4.543
Total	282.148	57.888	8.301	348.337

Em 31/12/2024, o saldo em caixa restrito estavam aplicados em CDB com taxa de 100% do CDI. A destinação desses recursos tem como finalidade o cumprimento das obrigações relacionadas aos credores, provenientes da compra de energia.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



continuação

Genco Holding Participações S.A.															
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023	
Perda temporária – Passivo não circulante	-	-	(37.147)	(67.005)	Despesas bancárias	(10)	(6)	(208)	(114)	Valor justo dos contratos de energia	-	-	130.051	137.302	
	-	-	(209.614)	(141.501)	Juros sobre arrendamento	-	-	(348)	(185)	Venda de energia não faturada	-	-	115.680	46.270	
Resultado líquido do exercício	-	-	130.051	137.302	Encargos sobre empréstimo	-	-	(8.408)	-	Compra de energia não faturada	-	-	(110.636)	(41.019)	
	Controladora		Consolidado		Encargos sobre instrumento financeiro de dívida	-	-	(2.443)	-	Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	-	-	135.095	142.553	
	2024	2023	2024	2023	Encargos sobre debêntures	-	-	(1.062)	-	IRPJ 25%	-	-	(33.774)	(35.638)	
Efeito no resultado do exercício	-	-	(7.250)	23.417	Encargos sobre mútuo (i)	(117)	-	(1.084)	-	CSLL 9%	-	-	(12.159)	(12.830)	
	Controladora		Consolidado		Demais juros passivos	(3)	-	(180)	-	Total IRPJ e CSLL diferidos	-	-	(45.933)	(48.468)	
	Até 01	Até 02	Até 03	Acima de	Variação cambial passiva (ii)	(430)	-	(1.309)	-	Total PIS e COFINS diferidos	-	-	(309)	(328)	
	ano	anos	anos	03 anos	Outras despesas financeiras	(38)	-	(384)	(68)	Passivo fiscal diferido – não circulante	-	-	(46.241)	(48.796)	
Valor justo contratos de energia	10.602	27.862	15.105	76.483	Comissão financeira – Standby	(505)	-	(505)	-						
23. Outras despesas e receitas operacionais:	Controladora		Consolidado		Resultado financeiro líquido	(1.103)	(6)	(15.931)	(367)	Impacto no resultado do exercício	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	(i) Em 15/02/2024, a empresa formalizou um contrato de mútuo com um dos sócios, com o objetivo de viabilizar o financiamento das operações iniciais de usinas fotovoltaicas, as quais integram um projeto novo e estratégico do Grupo no segmento de geração de energia renovável. O referido projeto representa a entrada do Grupo no setor de energia solar com foco na diversificação de sua matriz energética e expansão de sua atuação no mercado. O valor do mútuo foi posteriormente liquidado por meio de uma cessão de dívida e direitos pela qual a companhia transferiu as obrigações de pagamento à entidade Cayman em função dos aportes realizados por esta última no desenvolvimento do projeto. (ii) O saldo decorre do desembolso financeiro realizado pela Genco Energia à Genco Cayman para a compra equipamentos de geração móvel de energia. Esse saldo foi atualizado conforme a variação cambial.	(893)	1.415	(4.200)	3.413	Relativo à constituição e reversão das diferenças temporárias	-	-	2.529	(9.369)	
Despesa com pessoal	-	-	(5.158)	(2.990)	25. IRPJ e CSLL corrente e diferido: 25.1. IRPJ e CSLL corrente: O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro para CSLL sobre o Lucro Líquido.						-	-	2.529	(9.369)	
Serviços prestados (i)	(310)	(729)	(11.676)	(8.003)	25.2. Reconciliação da despesa do IRPJ e CSLL:					26. Provisão de contingência: A empresa no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciária e cível. Em 31/12/2024, a empresa não possui processos com prognóstico de perdas possíveis ou prováveis na avaliação dos assessores jurídicos.					
Despesas gerais e administrativas	(183)	(117)	(2.421)	(1.990)						27. Transações não Caixa:	Controladora		Consolidado		
Depreciação de direito de uso	-	-	(656)	(153)							2024	2023	2024	2023	
Amortização e depreciação	(126)	-	(352)	-						Cessão de quota S.Ações entre investidas Minum Gerador Empreendimentos S.A. e Genco Geradora Ltda.	28.608	-	28.608	-	
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	(1.487)	-						Encargos sobre debêntures capitalizados projeto Minum	5.320	-	5.320	-	
Outras despesas/ receitas operacionais	572	(2.083)	(348)	(1.114)						Atualização monetária de contrato arrendamento	62	-	62	-	
	(47)	(2.929)	(22.098)	(14.250)						Aporte em controladas com intangível por meio de viabilidade de projetos	2.500	-	2.500	-	
(i) A composição do saldo alocado em pessoa jurídica no consolidado está centralizada em serviços de consultoria no valor de R\$8.700, honorários advocatícios no valor de R\$1.441, serviços de informática no valor de R\$102, serviços de auditoria e contabilidade no valor de R\$625, e demais despesas com pessoa jurídica no valor de R\$808.										28. Eventos subsequentes: Em 14/03/2025 a Minum Genco Geradora S.A. realizou a emissão de uma nova Debênture a Longo Prazo a qual será destinada à conclusão dos projetos em construção e de mais dois projetos em desenvolvimento no Parâ (Projeto Moju e Projeto Paragominas) no valor de R\$166.000. Na realização do caixa desta nova emissão S.A. será realizada a liquidação da Debênture de curto prazo registrada na Minum Genco Geradora S.A. Em 05/02/2025 ocorreu a cessão de dívida entre a Genco Energia Ltda. e Focus Genco Cayman Ltd, a qual o valor foi destinado anteriormente à aquisição de equipamentos de geração móvel de energia no montante de USD 4.105 equivalente a R\$ 23.807. Este valor cedido será liquidado junto a Genco Energia entre março de 2025 a julho de 2026.					
24. Receitas e despesas financeiras:	Controladora		Consolidado												
	2024	2023	2024	2023											
Receitas financeiras					Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(15.206)	21.395	(17.336)	32.958						
Rendimentos de aplicações financeiras	83	1.491	3.748	3.973	(-) Lucro antes do IRPJ e CSLL – Empresas no "Lucro Presumido"			303	(1.522)						
Atualização Selic	39	-	79	-	Adições (+)	14.844	10.516	18.125	10.341						
Juros ativos	-	-	59	-	Exclusões (-)	-39	31.345	18.104	577						
Descontos obtidos	-	-	423	-	Lucro/Prejuízo fiscal	(401)	566	4.076	5.889						
Variação cambial (ii)	12	-	7.446	(27)	(-) Compensação de Prejuízos Fiscais	-	(170)	(1.222)	(1.767)						
(-) PIS s/ receita financeira	(1)	(10)	(30)	(27)	Base para IRPJ / CSLL	-	396	2.854	4.122						
(-) COFINS s/ receita financeira	(9)	(60)	(182)	(166)	Total IRPJ e CSLL correntes – 24%	-	(95)	(757)	(989)						
Outras Receitas	86	-	188	-	Adicional IRPJ – 10%	-	(17)	(315)	(389)						
	210	1.421	11.731	3.780	Total IRPJ e CSLL correntes	-	(112)	(1.072)	(1.379)						
Despesas financeiras															
	Henrique Coelho Casotti – Diretor					Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz – Diretor					Ricardo Dias da Rosa – Contador – CRC-SP nº 1SP243.627/O-4				

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Genco Holding Participações S.A., São Paulo – SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Genco Holding Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31/12/2023, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 15/03/2024, sem modificações.

1 Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30/04/2025

Ernst & Young

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes

CRC SP-034519/O

Adivo França Júnior

Contador

CRC 1BA-021419/O

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Alex Energia Participações S.A.									
CNPJ/MF nº 31.908.068/0001-05									
Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	30.041	29.270	212.826	216.889	Contas a pagar	29.700	26.456	28.022	43.663
Contas a receber	4.079	392	32.391	29.939	Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.160	1.701	49.764	43.540
Dividendos a receber	33.018	60.981	-	-	Impostos e contribuições a recolher	93	33	5.919	8.781
Impostos a recuperar	2.242	1.586	13.860	10.938	Obrigações trabalhistas	1.360	1.229	2.688	1.887
Estoques	-	-	14.979	18.997	Dividendos a pagar	15.162	20.442	15.435	20.894
Despesas antecipadas	-	-	3.015	1.449	Arrendamento	-	-	319	172
Outros	93	90	6.181	6.493	Outras contas a pagar	-	30	584	712
	69.473	92.319	283.252	284.705		49.475	49.891	102.731	119.649
Não circulante					Não circulante				
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	-	-	36.701	33.967	Contas a pagar	-	-	141.013	90.706
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.181	-	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	492.253	471.027	1.065.892	1.089.407
Investimento	1.089.945	1.111.170	-	-	Arrendamento	-	-	580	-
Imobilizado	504	480	1.635.437	1.691.786	Obrigação com aquisição de investimento	29.728	27.375	29.728	27.375
Ativo de direito de uso	-	-	871	132	Provisão para desmobilização	-	-	22.620	21.060
	1.090.449	1.112.831	1.673.009	1.725.885		521.981	498.402	1.259.833	1.228.548
Total do ativo	1.159.922	1.205.150	1.956.261	2.010.590					
Demonstrações dos Resultados					Patrimônio líquido				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023					Capital social				
(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)					Reservas de lucros				
					Prejuízos acumulados				
					Participação de outros acionistas não controladores				
					Total do patrimônio líquido				
					Total do passivo e do patrimônio líquido				

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Santo Afonso Energética S.A.									
CNPJ/MF nº 23.678.947/0001-51									
Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	52.864	511	108.814	69.375	Contas a pagar	85.869	9.061	132.700	59.203
Contas a receber	21.009	–	97.030	12.410	Empréstimos e financiamentos	–	–	14.720	44.722
Partes relacionadas	8.500	–	–	–	Impostos e contribuições a recolher	159	2.349	5.139	7.280
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	–	–	104	490	Dividendos a pagar	1.849	82	1.849	82
Dividendos a receber	606	–	–	–	Arrendamento	–	–	2.209	2.258
Despesas antecipadas	–	–	1.275	309	Outras contas a pagar	–	–	152	77
Adiantamentos a fornecedores	104	103	4.432	166		87.877	11.492	156.769	113.622
Contas a receber – venda de participação	7.579	7.070	7.579	7.070	Não circulante				
Estoques	–	–	717	717	Empréstimos e financiamentos	–	–	485.261	443.677
Impostos a recuperar	776	2.198	1.221	2.898	Arrendamento	–	–	22.841	23.521
Outras contas a receber	–	–	57	1.449	Provisão para desmobilização	–	–	11.008	10.123
	91.438	9.882	221.229	94.884		–	–	519.110	477.321
Não circulante					Patrimônio líquido				
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	–	–	15.696	14.471	Capital social	826.875	866.308	826.875	866.308
Contas a receber – venda de participação	13.734	22.918	13.734	22.918	Reservas de lucros	4.963	–	4.963	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.400	–	–	–	Prejuízos acumulados	–	(7.890)	–	(7.890)
Depósitos judiciais	–	–	94	–		831.838	858.418	831.838	858.418
Investimento	813.143	837.110	–	–	Participação de acionistas não contro-	–	–	27.474	28.895
Imobilizado	–	–	1.262.366	1.323.175	ladores	–	–	27.474	28.895
Ativo de direito de uso	–	–	22.072	22.808	Total do patrimônio líquido	831.838	858.418	859.312	887.313
	828.277	860.028	1.313.962	1.383.372	Total do passivo e do patrimônio				
	919.715	869.910	1.535.191	1.478.256	líquido	919.715	869.910	1.535.191	1.478.256
Total do Ativo									
Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					Demonstrações dos Resultados Abrangentes				
					Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023				
					(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

CNPJ/MF nº 10.647.979/0001-48 - NIRE nº 35.300.366.026

Edital de 1ª Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Cinco Séries, da Espécie Com Garantia Real, Para Distribuição Pública, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ficam os Senhores titulares das Debêntures em circulação da 2ª (segunda) série (em conjunto, "Debenturistas") da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em cinco séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., objeto do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Cinco Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.", celebrado entre a **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.** sociedade por ações com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 10.647.979/0001-48 e com sede na Rodovia Dom Pedro I (SP065), Km 110 + 400, Pista Sul, s/n, Sítio da Moenda, CEP 13.252-800, município de Itatiba, estado de São Paulo ("Companhia") e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 07, grupo 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunidade dos interesses dos Debenturistas ("Agente Fiduciário") em 30 de outubro de 2019, conforme aditado ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), convocados para reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 21 de maio de 2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto previamente à realização da Assembleia, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81" e "Instrução de Voto", respectivamente), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte **ordem do dia** ("Ordem do Dia"): **(I)** alteração da Data de Vencimento da Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão) de 15 de julho de 2027 para 15 de julho de 2032; **(II)** alteração do cronograma de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures de Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme cronograma a ser apresentado na Proposta da Administração, disponibilizado no website do Agente Fiduciário e da Companhia, conforme indicado abaixo; e **(III)** condicionada à aprovação das matérias listadas nos itens (i) e (ii) acima, a autorização ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas acima, incluindo, sem limitação, a celebração de aditamentos à Escritura de Emissão e aos contratos de garantia. **Informações Gerais: I. Local:** A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada de forma digital por meio da Plataforma Digital, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados para participar da Assembleia, conforme orientações contidas no item III abaixo. Nos termos do artigo 5º, Parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, a Assembleia Geral de Debenturistas, ainda que de forma digital, será considerada realizada na sede da Companhia. **II. Material de Apoio:** A administração da Companhia disponibiliza aos Debenturistas, nesta data, a proposta da administração com informações adicionais sobre a Assembleia Geral de Debenturistas e as matérias constantes da Ordem do Dia ("Proposta da Administração"). A Proposta da Administração pode ser encontrada no website da Companhia (https://ri.rotadasbandeiras.com.br/) ou obtida por meio do Agente Fiduciário (https://webapp.oliveiratrust.com.br/?t=18701&format=debentures). A Proposta da Administração poderá ser representada com no mínimo 2 (dois) dias corridos de antecedência da realização da Assembleia Geral de Debenturistas para formalizar as contrapartidas propostas pela Companhia e estará disponível nos mesmos locais descritos acima. **III. Documentos de Representação:** Nos termos do artigo 72, Parágrafo 1º e Parágrafo 2º, da Resolução CVM 81, o link de acesso será disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas que encaminharem aos cuidados do Agente Fiduciário, no seguinte endereço eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, a cópia dos seguintes documentos para habilitação, além do extrato da conta das Debêntures em nome do respectivo Debenturista ("Documentos de Representação"): **(i) se pessoa física:** (a) cópia do documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável; ou (b) no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 (um) ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; **(ii) se pessoa jurídica:** (a) atos constitutivos atualizados do Debenturista e do ato que investe o(s) representante(s) de poderes bastantes para representação da pessoa jurídica, devidamente registrados nos órgãos competentes, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do(s) referido(s) representante(s); e (b) se for o caso, instrumento de mandato (procuração) devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do Debenturista, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; e **(iii) se fundo de investimento:** cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto recente e validade nacional. Para os fins dos documentos previstos no subitem (ii) acima, a Companhia acatará estatutos, contratos sociais e atas de órgãos sociais que elegeram os representantes do Debenturista pessoa jurídica, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro, atestando o registro do documento ou ato registrado. Os Debenturistas que tenham interesse em participar da Assembleia Geral de Debenturistas deverão observar as orientações, termos e condições previstos na Proposta da Administração. A Companhia não se responsabilizará por problemas operacionais e/ou de conexão que dificultem ou impossibilitem a participação dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas (e.g., instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com equipamento do Debenturista). **IV. Instrução de Voto:** Caso não possam participar da Assembleia Geral de Debenturistas por meio da Plataforma Digital, os Debenturistas poderão exercer o direito de voto por meio do preenchimento e envio de Instrução de Voto, conforme modelo disponibilizado na Proposta da Administração e disponível no website da Companhia (https://ri.rotadasbandeiras.com.br/). A Instrução de Voto deverá ser preenchida pelos Debenturistas e encaminhada aos cuidados do Agente Fiduciário preferencialmente com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência da realização da Assembleia, sendo admitido o envio até o horário da Assembleia. Os Debenturistas poderão encaminhar a Instrução de Voto no seguinte endereço eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Para que a Instrução de Voto seja considerada válida, é imprescindível: **(i)** o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debenturista (se pessoa física ou pessoa jurídica, respectivamente) ou do gestor do fundo (se representante de fundo de investimentos), além do número do Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF") ou do CNPJ e de indicação de telefone endereço de e-mail; **(ii)** o envio dos Documentos de Representação; e **(iii)** que a Instrução de Voto esteja devidamente assinada pelo Debenturista ou pelo seu representante legal, conforme o caso, nos termos da legislação vigente, autorizada a assinatura de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil). Pelas alterações solicitadas nos termos deste edital de convocação, poderá ser deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas alguma(s) contrapartida(s) a ser(em) definida(s) de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas. Nesse sentido, a Companhia se compromete a, com no mínimo 2 (dois) dias corridos de antecedência da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, reapresentar sua proposta de administração formalizando e detalhando

Duas Lagoas Energética S.A.									
CNPJ/MF nº 23.540.237/0001-60									
Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais (R\$))									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	424	445	489	565	Contas a pagar	–	–	3	1
Contas a receber	–	20	–	–	Impostos e contribuições a recolher	13	120	16	122
Impostos a recuperar	165	259	165	259	Dividendos a pagar	92	92	92	92
	589	724	654	824		105	212	111	215
Não circulante					Patrimônio Líquido				
Investimento	16.562	16.584	–	–	Capital social	16.798	16.798	16.798	16.798
Imobilizado	–	–	16.503	16.487	Reservas de lucros	248	298	248	298
	16.562	16.584	16.503	16.487	Total do patrimônio líquido	17.046	17.096	17.046	17.096
Total do ativo	17.151	17.308	17.157	17.311	Total do passivo e do patrimônio líquido	17.151	17.308	17.157	17.311
Demonstrações dos Resultados dos Exercícios – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais (R\$))					Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais (R\$))				

Genco Holding Participações S.A.
CNPJ/MF nº 43.296.632/0001-57 – NIRE 35.300.575.717

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de novembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 03 dias de abril de 2025, às 10:00, na sede social da **Genco Holding Participações S.A.** (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conj. 92, sala 18, Cidade Jardim, CEP: 05.676-120.

2. Convocação e Presença: Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976, tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas.

3. Mesa: Presidente: Sr. Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz, Secretária: Márcia Pacianotto Ribeiro.

Ordem do Dia: Reuniram-se os acionistas para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) A aprovação da outorga, pela Companhia, de garantia às obrigações a serem assumidas pela Genco Energia Ltda. (“Genco”), (“Garantia”), no âmbito do “Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica LP. E-2024-0000000173” (“Contrato”); (ii) A celebração, pela Companhia, do Contrato, bem como todos e quaisquer documentos relacionados ao Contrato e à Garantia; (iii) A autorização aos diretores e/ou procuradores da Companhia, conforme o caso, para praticar todos e quaisquer atos necessários à efetivação das deliberações desta assembleia, à assinatura do Contrato, bem como à outorga e aperfeiçoamento da Garantia, incluindo, sem limitação, a assinatura de quaisquer aditamentos, anexos, procurações, notificações, certificados e quaisquer outros documentos relacionados ao Contrato e à Garantia; e (iv) A ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos diretores e/ou procuradores da Companhia, conforme o caso, para a efetivação das deliberações desta assembleia, da celebração do Contrato.

4. Deliberações: Instalada a assembleia geral extraordinária e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: (i) Aprovar a outorga da Garantia, em garantia das obrigações a serem assumidas pela Genco, nos termos do Contrato; (ii) Aprovar a celebração, pela Companhia, do Contrato, bem como todos e quaisquer documentos relacionados à Garantia; (iii) Autorizar os diretores e/ou procuradores da Companhia, conforme o caso, a praticar todos e quaisquer atos necessários à efetivação das deliberações desta assembleia, à assinatura do Contrato, bem como à outorga e aperfeiçoamento da Garantia, incluindo, sem limitação, a assinatura de quaisquer aditamentos, anexos, procurações, notificações, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Garantia e ao Contrato; e (iv) Ratificar todos e quaisquer atos já praticados pelos diretores e/ou procuradores da Companhia, conforme o caso, para a efetivação das deliberações desta assembleia, da celebração do Contrato de Garantia.

5. Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, qual foi elaborada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidências e protestos, e contera apenas a transcrição das deliberações tomadas, observando-se para tanto o que dispõem as alíneas “a” e “b” do parágrafo 1º, do artigo 130 da Lei das S.A. Após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. Mesa: Presidente: Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz; Secretária: Márcia Pacianotto Ribeiro. Acionistas Presentes: Alan Zelazo, Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz, Henrique Coelho Casotti, Carlos Baccan Netto, Kaióá Carlos Gomes, Diego Velloso, Márcia Pacianotto Ribeiro e Adriano Cezário de Oliveira. São Paulo/SP, 03 de abril de 2025.

Mesa: Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz – Presidente; Márcia Pacianotto Ribeiro – Secretária. Acionistas: Alan Zelazo; Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz; Carlos Baccan Netto; Henrique Coelho Casotti; Márcia Pacianotto Ribeiro; Kaióá Carlos Gomes; Diego Velloso; Adriano Cezário de Oliveira. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 120.119/25-0 em 04/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Proteres Participações S/A
CNPJ/MF nº 34.192.540/0001-36 – NIRE 35.300.538.480

Ata da Assembleia Geral de Extraordinária realizada em 12 de abril de 2022

Data: 17 de março de 2023, às 09:00 horas. **Local:** Sede Social à Rua Pais Leme, 215 – conj. 2005, Bairro Pinheiros, CEP 05424-150, na Cidade e Estado de São Paulo. **Presença:** acionistas representando a Totalidade do capital subscrito, dispensada a publicação dos Editais de Convocação, de acordo com o Art. 124, Parágrafo 4º, da Lei nº 6404, de 15.12.76. **Mesa Diretora:** Presidente: Alexandre Cale Tereso; Secretária: Mayara de Andrade Cale Tereso. **Ordem do Dia:** a) alteração da sede social da sociedade; e b) Outros assuntos de interesse social. **Deliberações:** I) Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente esclareceu que a presente Assembleia tinha por finalidade precipua alteração do endereço da sede social da sociedade, com a consequente alteração do estatuto social da companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: **Artigo 2º.** A sociedade tem sede, foro e administração à Alameda Santos, 787, conjunto 42, Bairro de Cerqueira Cesar, CEP 01419-001, na Cidade e Estado de São Paulo, podendo abrir e fechar filiais ou escritórios em todos os pontos do território nacional ou no exterior a critério da Diretoria. II) Declarar que as demais cláusulas do estatuto social permanecem inalteradas. III) **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que após lida e aprovada, vai assinada por todos os Acionistas presentes. São Paulo, 17 de março de 2023.

Alexandre Cale Tereso – Presidente da Mesa, Diretor Presidente, Acionista; **Mayara de Andrade Cale Tereso** – Secretária Mesa, Diretora Vice-Presidente, Acionista. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 133.861/23-5 em 04/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Radar II Propriedades Agrícolas S.A.
CNPJ/MF nº 15.322.630/0001-50 - NIRE 35.300.435.923

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2025

1. Data, Hora e Local: 23 de abril de 2025, às 18:00 horas, na sede social da **Radar II Propriedades Agrícolas S.A.**, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 9º andar, sala 91, parte, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132 (“Companhia”).

2. Convocação: Dispensada a convocação, em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”).

3. Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença dos Acionistas da Companhia.

4. Mesa: Presidente: Rubens Ometto Silveira Mello; Secretário: Pedro Piason Breglio Pontes.

5. Ordem do Dia: Examinar, discutir e deliberar sobre a proposta de redução do capital social da Companhia, por jugá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A.

6. Deliberações: Após exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem reservas:

6.1. Aprovar a proposta de redução do capital social da Companhia em até R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), por jugá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A. A redução de capital será realizada mediante restituição de capital aos acionistas, em dinheiro, proporcionalmente à participação acionária destes, sem o cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o número de ações e o percentual de participação dos acionistas.

6.2. A proposta de redução do capital da Sociedade ora aprovada será efetivada somente através da formalização de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede social da Companhia após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta ata, nos termos do Artigo 174 da Lei das S.A. Aprovaram ainda que a referida redução do capital social, uma vez decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta ata, possa ser efetivada através de mais de uma Assembleia Geral Extraordinária, respeitando sempre o valor limite estabelecido no item 6.1 desta ata.

6.3. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima.

7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas. Mesa: Presidente: Rubens Ometto Silveira Mello; Secretário: Pedro Piason Breglio Pontes; Acionistas: Cosan S.A. - p. Marcelo Eduardo Martins e Maria Rita de Carvalho Drummond; e Mansilla Participações Ltda. - p. Henrique Americano Carvalho de Freitas. Declaro que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. **Pedro Piason Breglio Pontes, Secretário da Mesa.**

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Terras da Ponte Alta S.A.

CNPJ/MF nº 10.604.591/0001-60 - NIRE 35.300.364.775

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2025

1. Data, Hora e Local: 23 de abril de 2025, às 8:00 horas, na sede da **Terras da Ponte Alta S.A.**, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 9º andar, sala 91, parte, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132 ("Companhia").

2. Convocação: Dispensada a convocação, em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.").

3. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença dos Acionistas da Companhia.

4. Mesa: Presidente: Rubens Ometto Silveira Mello; Secretário: Pedro Piason Breglio Pontes.

5. Ordem do dia: Examinar, discutir e deliberar sobre a proposta de redução do capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A.

6. Deliberações: Após exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem reservas:

6.1. Aprovar a proposta de redução do capital social da Companhia em até R\$ 13.185.000,00 (treze milhões e cento e oitenta e cinco mil reais), por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A. A redução de capital será realizada mediante restituição de capital aos acionistas, em dinheiro, proporcionalmente à participação acionária destes, com o respectivo cancelamento de até 13.185.000 (treze milhões e cento e oitenta e cinco mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia, de forma proporcional à participação dos acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia.

5.2. A proposta de redução do capital da Sociedade ora aprovada será efetivada somente através da formalização de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede social da Companhia após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta ata, nos termos do Artigo 174 da Lei das S.A. Aprovaram ainda que a referida redução do capital social, uma vez decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta ata, possa ser efetivada através de mais de uma Assembleia Geral Extraordinária, respeitando sempre o valor limite estabelecido no item 6.1 desta ata.

5.3. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima.

7. Encerramento e Aprovação da Ata: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas.

Mesa: Presidente: Rubens Ometto Silveira Mello; Secretário: Pedro Piason Breglio Pontes; Acionistas: Cosan S.A. - p. Marcelo Eduardo Martins e Maria Rita de Carvalho Drummond; Radar II Propriedades Agrícolas S.A. - p. Pedro Piason Breglio Pontes e Wilson Cabral Netto; e Mansilla Participações Ltda. - p. Henrique Americano Carvalho de Freitas. Declaro que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.

Norte Buss Transportes S.A.

CNPJ/MF nº 21.692.479/0001-44 - NIRE 35.300.479.696

Avenida Coronel Sezefredo Fagundes, nº 3229 - Tucuruvi – São Paulo/SP

Sociedade Anônima de Capital Fechado

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os Srs. Acionistas da **Norte Buss Transportes S.A.** convidados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e , no dia **30 de maio de 2025**, às **10h00**, na **Rua Voluntários da Pátria, nº 547 – Santana – São Paulo/SP** (Local reservado fora da sede da Companhia que fica localizada no endereço da Avenida Coronel Sezefredo Fagundes, nº. 3229 – Tucuruvi – CEP: 02306-003 por reunir condições estruturais adequadas ao bom andamento dos trabalhos da assembleia e com capacidade para comportar todos os acionistas convocados), a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos:

Em Assembleia Geral Ordinária: **a)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, bem como o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2024; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do período, se houver, e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária: **a)** Homologação das Cessões de Direitos de Acionistas; **b)** Homologação do Boletim de Subscrição da Sociedade que segue anexo a esta ata, aprovando a exclusão e admissão de Acionistas, com o correspondente ajuste das subscrições e integralizações; **c)** Exclusão do número de Prefixo do Boletim de Subscrição da Sociedade, com manutenção do número da Ação para identificação.

Disposições Gerais: **a)** Encontram-se à disposição dos acionistas para consulta, na sede social da Companhia, os documentos pertinentes às deliberações objeto da Assembleia, a saber: cópias das demonstrações financeiras, relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, e, parecer de auditores independentes; **b)** A representação de acionista, por procurador, deverá ser precedida de depósito do respectivo instrumento de procuração, no setor de Registro de Ações da Companhia, localizado na Filial Garagem Jaraguá – Rua Andresa, nº 101 – Jaraguá São Paulo/SP, com 72 horas de antecedência e, obedecer ao disposto nos termos da lei 6.404/76, Artigo 126, Parágrafo 1º (**Parágrafo 1º O acionista pode ser representado na assembleia-geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos**); **c)** Terá o acionista direito a tantos votos quantos forem o número de suas ações subscritas e totalmente integralizadas nos termos do artigo 6º, Parágrafo 2º do estatuto social. *"Em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia serão colocados à disposição na sede da Companhia."* São Paulo, 30 de abril de 2025. **Jeremias José Pereira - Diretor Presidente da Norte Buss Transportes S.A. (30/04/2025, 01 e 03/05/2025)**

Fercoi S.A.

CNPJ 60.806.460/0001-33 - NIRE 35300064097

Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A administração em exercício da Fercoi S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Henry Ford, 1400, Bairro Mooca, São Paulo/SP (Companhia), em conformidade com os art. 121 e 132 da Lei nº 6.404/76, **convoca** os Srs. acionistas para **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas** a ser realizada presencialmente na sede social, no dia **08 de Maio de 2025**, às 13:00hs (treze horas), em 1ª convocação, na sede da Companhia, a ser instalada com a presença de, no mínimo, 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, para tratar da seguinte pauta do dia: (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a eventual distribuição de lucros e dividendos; e (ii) debates e deliberação sobre eventuais medidas necessárias para otimizar a organização da área de transportes da Companhia; com sugestão da administração de constituição de uma sociedade subsidiária integral (artigo 251 da Lei nº 6404/76). São Paulo, **29 de Abril de 2025**. Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6404/76, necessários à realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Fercoi S.A., já foram enviados aos acionistas e encontram-se disponíveis na sede da Companhia. A diretoria em exercício, **Sandra Fernandes e Marta Fernandes Toschi. (30/04/2025, 01 e 03/05/2025)**

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

